

CARTA POLÍTICA #199

24 de Abril de 2020

“Desculpa, senhor ministro, o senhor não vai me chamar de mentiroso”.

(Jair Bolsonaro)

Em meio à crise de saúde pública, a semana encerrou com a demissão de Sérgio Moro, o pilar do apoio lavajatista à base do presidente. Acusando o presidente de interferência na Polícia Federal, que estava sob sua alçada, o ex-ministro da Justiça saiu desferindo um duro golpe contra o Planalto.

Um visivelmente abatido Bolsonaro, cercado por seus ministros, veio a público esclarecer a sua versão dos fatos. Disse que estava sendo mal representado por Moro, acusou-o de ter se embevecido e desferido acusações infundadas contra ele, e reforçou que, como presidente, era prerrogativa dele apontar cargos de confiança, como o de Valeixo.

O desenrolar desses fatos na semana na qual o presidente efetivamente estava tentando se aproximar do Congresso levanta suspeitas de um conluio para abafar investigações contra poderosos da República. Também pode ser interpretado como um movimento calculado do ex-ministro contra o Planalto. É fato que Moro tem canais de comunicação abertos com a imprensa e com o establishment político na área de segurança pública, e se movimenta de forma política.

Independentemente das motivações de Sérgio Moro, a retirada de seu apoio coloca sob questão a viabilidade política do governo. A partir daqui o presidente conta com duas opções: construir uma maioria e abraçar o presidencialismo de coalizão; ou manter o tom beligerante e abrir um flanco de fragilidade de seu mandato. Caso não forme uma maioria capaz de blindar o governo, a pressão sobre o Congresso pelo seu impedimento irá se tornar irresistível.

O presidente deve seguir tendo sua popularidade drenada pelas múltiplas crises envolvendo seu governo. Sua declaração hoje deixou evidente que não pretende abrir mão do mandato voluntariamente.

É importante se atentar aos movimentos de sucessão no Ministério da Justiça para entender o movimento pensado pelo presidente, e às declarações dos partidos de centro-direita no Congresso. Hoje, são eles os guardiões das chaves do Planalto.